



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA
SUBSTITUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO
SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DO AUDITÓRIO
DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
CEARENSE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRI-
BUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
EMPRESA WAVE TECNOLOGIAS EM SISTEMAS
AUDIOVISUAIS LTDA-ME (PROCESSO ADMI-
NISTRATIVO Nº 8521285-52.2016.8.06.0000).**

CT Nº 33/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéa, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, seu Secretário de Finanças, o Sr. José Joaquim Neto Cisne, e pelo Diretor da ESMEC, o Exmo. Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, e a empresa **WAVE TECNOLOGIAS EM SISTEMAS AUDIOVISUAIS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.991.869/0001-48, com endereço na Rua Tomé de Sousa, nº 830, sala 1102, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte-MG, representada neste ato por seu sócio administrador, Sr. Pedro Felipe Leite Retes, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade nº MG-14.673.704-SSP-MG e inscrito no CPF/MF sob nº 080.047.956-41, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2017, devidamente homologado pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/1993, com suas alterações e atualizações posteriores e o Processo Administrativo nº 8521285-52.2016.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O objeto deste Instrumento consiste na **“contratação de empresa especializada para prestação de serviço com fornecimento de material para substituição e modernização do sistema de áudio**

[Assinaturas manuscritas em azul]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e vídeo do auditório da Escola Superior da Magistratura Cearense”, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2017 e seus anexos, bem como nos Anexos deste Contrato, todos, partes integrantes do mesmo.

Parágrafo Único – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Das Obrigações

São obrigações das partes neste contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE

- I. Expedir a Ordem de Serviço (O.S.) e a Nota de Empenho de Despesas.
- II. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços licitados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas.
- III. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas do CONTRATANTE quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- IV. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.
- V. Esclarecer eventuais dúvidas sobre especificações do objeto e/ou detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.
- VI. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.
- VII. Solicitar a correção e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- VIII. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- IX. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- X. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste Contrato.

§ 2º DA CONTRATADA

I. Executar o objeto deste Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE.

II. **Equipe Técnica:** a CONTRATADA deverá manter como profissional responsável pela execução dos serviços, no mínimo um engenheiro eletricista ou eletrônico devidamente qualificado.

a. É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho bem como assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Inet" and "2".



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

b. As despesas com alimentação e transporte de pessoal serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

c. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas.

d. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas.

e. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da FISCALIZAÇÃO, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

f. Relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços.

g. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.

h. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

i. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.

j. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato do CONTRATANTE proceder a fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

k. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização dos serviços.

l. Comunicar ao fiscal designado pelo CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento.

m. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

n. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação.

o. Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do CONTRATANTE.

p. Responder integralmente pela produtividade de sua equipe, arcando com eventuais custos adicionais oriundos de redução dessa produtividade, ainda que em função de condições atmosféricas adversas.

q. Assegurar que os veículos utilizados na execução do objeto estejam em perfeitas condições de trafegabilidade, equipados com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

r. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal.

s. A CONTRATADA será representada no local de execução dos serviços pelo “Engenheiro Responsável Técnico” indicado na proposta, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

t. Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição o profissional indicado para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação do gestor do contrato e ratificação pelo seu superior. A documentação do profissional será analisada de acordo com os critérios definidos no Edital de Pregão Eletrônico n. 7/2017. O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual à do substituído.

u. Substituir, por exigência da FISCALIZAÇÃO, qualquer profissional participante da execução dos serviços desde que seja constatada a sua desqualificação para a execução de suas tarefas ou que apresente hábitos nocivos e prejudiciais aos usuários da área destinada aos serviços.

v. Cumprir rigorosamente as NORMAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos empregados prestadores dos serviços contratados os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI).

III. Procedimentos Legais, a CONTRATADA deverá:

a. Encaminhar a fatura e a nota fiscal com a Cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referentes ao mês anterior à realização dos serviços:

a.1. Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

a.2. Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea anterior;

a.3. Comprovante de recolhimento do PIS, COFINS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

a.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

a.5. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a.6. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;

a.7. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

a.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

b. Ao final da execução dos serviços previstos para o recebimento definitivo e ao final da execução do contrato, deverá ainda, fornecer a seguinte documentação:

b.1. Certidão Negativa de Débitos com o INSS;

b.2. Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;

b.3. Certidão de Quitação do INSS referente ao contrato;

b.4. Baixa da ART da execução dos serviços.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV. Procedimentos Administrativos, as relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

V. Providenciar antes do início dos serviços, objeto do presente contrato, as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA competente.

VI. A CONTRATADA deverá arcar com todas as responsabilidades e custos para liberações necessárias junto ao CREA, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços, dentre eles, o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que vierem a incidir sobre a execução dos serviços.

a. Após a assinatura do contrato, autorizando a mobilização de profissionais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART destes no CREA da região onde os serviços serão executados, entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados.

VII. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com este contrato.

a. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, componentes e serviços, dentro do prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.

VIII. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços, que O CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.

IX. Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO. O não atendimento das solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da FISCALIZAÇÃO não desobriga a CONTRATADA das suas responsabilidades, de acordo com as disposições deste Contrato.

X. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que ocasionar, direta ou indiretamente, a bens do CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou, ainda, de terceiros.

a. Constatado dano a bens do CONTRATANTE, ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos a quem de direito.

b. A CONTRATADA será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para o CONTRATANTE.

c. Também será responsável por danos causados por máquinas, equipamentos ou pessoal sob sua responsabilidade ou prestadores de serviços a edificações existentes, instalações, pavimentos, passeios ou jardins pertencentes ao CONTRATANTE. Constatado o dano, este deverá ser prontamente reparado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, de modo a restaurar a sua forma e condições originais.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

d. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

e. Não poderá a CONTRATADA transferir qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

f. O fato do CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato não exclui ou reduz sua responsabilidade.

XI. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por meio da Gerência de Engenharia, sempre que houver necessidades de adequações a execução do serviço, seja por imposição técnica ou impedimento físico, bem como nos casos em que se verificarem dúvidas ou eventuais omissões de detalhes de execução.

XII. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quantificação dos materiais e serviços para a execução do objeto, que assumirá sua execução integral e completa.

XIII. A execução dos serviços, bem como os materiais a serem empregados deverão ser novos e comprovadamente de primeira qualidade, deverá atender ao exigido neste documento e nas Normas e especificações da ABNT e dos fabricantes dos materiais.

XIV. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

XV. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 horas.

XVI. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnica-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

XVII. Se for necessária a prorrogação do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da Garantia de Cumprimento do Contrato, nos termos e condições originalmente aprovados pelo CONTRATANTE.

XVIII. A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços da ESMEC, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem público ou privado, adjacente ao local de execução dos serviços.

XIX. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

XX. Todo o transporte de equipamentos ficará a cargo da CONTRATADA.

XXI. Assegurar que os veículos transportadores estão regulamentados perante os órgãos regulamentadores da atividade de transporte de carga rodoviária.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XXII. Manter os veículos utilizados no transporte do objeto em perfeitas condições de trafegabilidade, equipados com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.

XXIII. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos neste documento nos horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis. Caso os serviços dessa natureza ocorram fora do horário especificado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO, que avaliará a possibilidade de realização desses serviços

XXIV. Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

XXV. Quando do recebimento definitivo dos serviços de fornecimento, instalação e configuração do sistema de áudio e vídeo, a CONTRATADA deverá entregar à comissão técnica de recebimento do CONTRATANTE a baixa da ART da execução dos serviços.

XXVI. Sobre os **materiais, ferramentas e equipamentos**, a CONTRATADA deverá:

- a. Providenciar, guardar, controlar e utilizar todas as ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.
- b. Facilitar a inspeção dos materiais, ferramentas e equipamentos por parte da FISCALIZAÇÃO, facultando-a o acesso aos escritórios, depósitos ou quaisquer outras dependências que, direta ou indiretamente, relacionem-se com o objeto do contrato.
- c. Solicitar prévia e expressa autorização do CONTRATANTE durante as ocasiões de eventual substituição de materiais especificados.
- d. Providenciar a imediata troca, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais, ferramentas ou equipamentos impugnados pela FISCALIZAÇÃO por má qualidade, reprovação em ensaios ou discrepância com as especificações de projeto.
- e. Apresentar amostras de materiais e equipamentos para verificação e eventuais ensaios técnicos normatizados, aleatórios e a critério do CONTRATANTE com ônus do custo para a CONTRATADA quando e se ocorrerem.
- f. Fornecer materiais em quantidades que não permitam a interrupção dos serviços.
- g. Fornecer também todos os dispositivos e acessórios, materiais ou ferramentas, eventualmente não mencionados em especificações e/ou não indicados, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços objeto deste Contrato.

Cláusula Quarta – Do Escopo dos Serviços

- a) A presente contratação consiste no fornecimento de equipamentos, cabos, conectores e acessórios necessários à instalação de todo o sistema de áudio e projeção de imagens que compõem o auditório da ESMEC.
- b) Para a perfeita consecução desse objeto, o licitante, além do fornecimento, deverá prestar os serviços de instalação, configuração, teste dos equipamentos e treinamento operacional.
- c) O cumprimento completo do presente projeto abrange os seguintes itens:
 - I. Elaboração do projeto de "As Built";



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- II. Fornecimento de materiais de instalação (cabos, terminais, conectores, etc.);
 - III. Execução dos serviços de infra-estrutura;
 - IV. Execução dos serviços de montagem e instalação; e
 - V. Configurações, testes, recebimento das instalações e treinamento operacional.
- d) Genericamente, os principais serviços que caracterizam o objeto deste Contrato e que, consequentemente, expressam-se numericamente na composição do orçamento dos serviços objeto, são os descritos a seguir:
- I. Instalações do sistema de sonorização, com captação e distribuição de áudio;
 - II. Instalação do sistema de projeção de imagens;
 - III. Instalações elétricas;
 - IV. Instalações de lógica.
- e) A execução desses serviços será de acordo com os projetos e especificações constantes neste Contrato.
- f) As obrigações da CONTRATADA não ficarão limitadas aos serviços explicitamente tratados neste texto. O objeto contratual envolve o perfeito e pleno funcionamento de todos os equipamentos de áudio e projeção de imagem do auditório da ESMEC. Portanto, a CONTRATADA deverá realizar TODOS os serviços necessários ao completo funcionamento dos equipamentos nos locais indicados.
- g) O presente documento tem o objetivo de fornecer subsídios à licitante para elaboração de sua proposta e de nortear a prestação dos serviços após a assinatura do contrato.

Cláusula Quinta – Das Especificações Técnicas dos Equipamentos

As especificações técnicas dos equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços encontram-se no Anexo I deste contrato.

Cláusula Sexta – Das Especificações dos Serviços

a) Especificações Gerais

- I. Consiste no fornecimento e instalação de equipamentos de áudio e projeção de imagens, incluindo infraestrutura elétrica e de dados conforme condições, especificações e projetos fornecidos.
- II. Todo material será vistoriado pela Fiscalização antes de sua instalação.
- III. A CONTRATADA deverá realizar a infraestrutura de encaminhamento dos cabos de áudio e vídeo, incluindo instalação dos conectores necessários para o perfeito funcionamento do sistema de áudio e projeção de imagens.
- IV. Também fazem parte do escopo deste projeto a realização da infraestrutura elétrica e de dados, componentes necessários do sistema de áudio e vídeo.
- V. A CONTRATADA deverá realizar a remoção completa de toda a fiação, todos os equipamentos e acessórios do sistema de áudio e vídeo atual, acomodando-os em local específico a ser definido pela Fiscalização.
- VI. Quando houver necessidade da remoção e instalação das placas de forro existentes para execução do serviço de encaminhamento e instalação dos cabos, A CONTRATADA será responsável pela re-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

moção e instalação das placas de forro, assim como, reposição de placas ou estrutura de sustentação das mesmas em caso de danos causados durante a execução dos serviços.

VII. Os serviços a serem executados deverão atender:

- Às normas e especificações descritas neste Contrato.
- Às normas da ABNT em vigor, com ênfase a NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- Às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NR's;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes.
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

VIII. A legislação ou norma técnica aplicável que venha a entrar em vigor depois da assinatura do contrato ou instrumento equivalente deverá ser obedecidas e, no caso de haver repercussão financeira, a CONTRATADA deverá comprovar através de planilhas as alterações no orçamento inicial e solicitar o respectivo reajuste financeiro.

IX. Todas as marcas e os modelos mencionados são meramente indicativos de padrão de qualidade e, por esta razão, vêm seguidas da expressão “ou equivalente”. Caso a CONTRATADA opte por um item diferente da referência estabelecida, caberá a ele o ônus de comprovar a equivalência técnica, que envolve os diversos parâmetros de comportamento físico, composição e performance, não se limitando às características técnicas básicas elencadas nas especificações.

X. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos e serão fornecidos pela CONTRATADA que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final.

XI. Todos os materiais envolvidos na instalação possuirão certificado fornecido pelo INMETRO ou empresa certificadora de reconhecimento nacional, e serão previamente aprovados pela Fiscalização.

XII. As interferências não previstas ou não projetadas deverão ser executadas usando-se o critério prático e evitando desperdícios, com o menor tempo de instalação e ativa consulta à FISCALIZAÇÃO do TJCE.

XIII. Deverá ser considerada toda recomposição das paredes, do forro e do piso que sofrerem intervenção durante os trabalhos de instalação. A recomposição deverá ser executada conforme padrão existente ou conforme definições da Gerência de Engenharia.

XIV. Teste geral para a entrega da instalação:

a) Ainda que tenham sido realizados testes parciais com resultados dentro do contratado, proceder-se-á um teste geral de toda a instalação em pleno funcionamento, antes da sua entrega.

b) Após a instalação do sistema de áudio e vídeo, uma inspeção será feita pela FISCALIZAÇÃO com o objetivo de assegurar que o sistema foi executado conforme o projeto.

c) Nessa inspeção deverão ser verificados entre outros aspectos se todos os componentes do sistema utilizados são de qualidade e estão em bom estado; se as conexões e fixações foram bem feitas e livres de corrosão; etc.

d) Todos os ensaios, testes e verificações a serem executados pela CONTRATADA, terão acompanhamento da Fiscalização do TJCE. Portanto, a CONTRATADA deverá providenciar um ou mais especialistas com conhecimento do sistema, equipamentos e componentes e os demais itens do forne-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

cimento, para supervisionar todas as tarefas que serão executadas para um perfeito funcionamento do sistema.

e) De um modo geral, todos os equipamentos, após a montagem definitiva, serão submetidos aos ensaios de funcionamento conforme definidos nas normas técnicas aplicáveis.

f) A CONTRATADA deverá incluir na sua proposta o fornecimento e a utilização, sob sua supervisão e ônus, dos instrumentos e demais dispositivos necessários, durante a execução dos ensaios.

XV. Qualidade e Garantia:

a) A liberação dos projetos pela Gerência de Engenharia não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação a sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a a todas as penalidades da legislação em vigor.

b) Os equipamentos e serviços objetos destas especificações deverão ter garantia mínima de 36 meses, contados a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços, pela Fiscalização do TJCE. Essa garantia será contra defeitos de fabricação, deformações, serviços e ajustes em geral.

XVI. Memoriais e Projetos:

a) Constituem partes integrantes deste Contrato os seguintes Projetos e documentos disponíveis na Gerência de Engenharia:

a.1) Projeto de som e áudio (6 pranchas):

- Projeto de som e áudio (3 pranchas);
- Projeto de instalações elétricas (2 pranchas);
- Projeto de instalações de lógica (1 prancha).

a.2) **Planilha orçamentária com os seguintes anexos:**

- Orçamento Sintético: quantitativos estimados em projeto;
- Composições de BDI e Leis Sociais referentes aos itens de infraestrutura;

b) As pranchas de desenhos integrantes deste Contrato encontram-se reduzidas ao formato A4 e sem escala, porém estarão disponibilizadas na Gerência de Engenharia, em formato "PDF" e no tamanho original, podendo ser obtidas através do e-mail dengarq@tjce.jus.br.

c) Os projetos, as especificações, os quantitativos da Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos elaborados pela Gerência de Engenharia para a execução da modernização do sistema de som e vídeo e que acompanham este contrato deverão passar por criteriosa análise e comparação feitas pela CONTRATADA, cabendo-lhes conferi-los.

d) Os quantitativos estimados em projeto não poderão ser alterados pela CONTRATADA, exceto, quando devidamente estabelecido em errata e/ou esclarecimento de dúvidas.

e) Esses documentos referidos constituem a totalidade da contratação.

f) Os Projetos apresentados deverão, caso necessário, sofrer correções e complementações para se adaptarem às normas existentes no local, sempre precedidas da aprovação do TJCE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g) As especificações técnicas identificam os tipos de serviços, materiais e equipamentos, contendo informações que permitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações e condições organizacionais para a modernização do sistema de áudio e vídeo, sem frustrar o caráter competitivo.

h) Em hipótese alguma, poderá ser sugerida modificação nos preços, peças, prazos ou condições de sua proposta apresentada sob alegação da insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições locais.

i) As especificações técnicas determinam as condições gerais, e mínimas, a serem atendidas pela CONTRATADA na execução das atividades indicadas no projeto. Contêm informações complementares aos desenhos e planilhas e possibilitam uma compreensão completa do serviço requisitado.

j) O Projeto foi desenvolvido apresentando soluções técnicas globais com detalhes, visando minimizar a necessidade de reformulação e atender aos requisitos de: funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, conservação e operação de acordo com o artigo 12 da Lei n. 8.666/1993.

h) Outras Especificações:

I. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto, seus detalhes, as recomendações e especificações técnicas.

II. Desenvolver e programar as tarefas de forma que não sejam criados obstáculos às atividades dos demais prestadores de serviço que estejam eventualmente trabalhando no prédio.

III. As cotas definidas nos detalhes serão preponderantes sobre as cotas especificadas em plantas e cortes gerais.

IV. Os serviços serão desenvolvidos com a ESMEC em funcionamento.

V. A programação de atividades deverá ser realizada de forma a manter a área, onde os serviços serão executados, devidamente isolada e sinalizada.

a) Conforme o Art. 70 da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização.

VI. A CONTRATADA utilizará a energia elétrica do CONTRATANTE para a realização dos serviços.

a) No caso da utilização de equipamentos de alto consumo de energia, a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO para proceder com a instalação do equipamento na rede existente.

VII. Tal como ocorrerá com o consumo de energia elétrica, a CONTRATADA poderá se utilizar da infraestrutura de água existente do CONTRATANTE, contudo, deverá zelar para que a utilização desses insumos não perturbe os trabalhos dos servidores e magistrados, bem como não cause danos às instalações existentes.

a. A CONTRATADA responderá e reparará, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, qualquer dano ou avaria nos subsistemas supracitados decorrente da utilização destes na execução dos serviços.

VIII. Não será permitido a realização de refeições nas dependências da ESMEC.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IX. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos, quer com os insumos, a mão de obra, as instalações e os equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes necessários à aceitação e ao recebimento deles.

X. Conforme o art. 75 da Lei n. 8.666/1993, salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

XI. Refazer de imediato, às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo TJCE, sem que isso represente custo adicional.

XII. A programação de atividades que necessitem interferir de forma eventual e momentânea em áreas não previamente isoladas para a execução dos serviços (ex.: copa, salas de aula, banheiros, hall, etc.) deverá ser realizada de forma que, qualquer serviço iniciado nestes locais seja concluído o mais breve possível e a área seja devidamente limpa e desobstruída, devendo a FISCALIZAÇÃO ser comunicada previamente de qualquer alteração no cronograma e planejamento inicial. Tais áreas, durante o período de realização dos serviços devem ser devidamente isoladas e sinalizadas.

XIII. Todos os materiais sucateados e entulhos resultantes dos serviços executados pela CONTRATADA, sem exceção, deverão ser removidos, durante o desenvolvimento dos serviços e imediatamente após a conclusão dos serviços. Entretanto, a remoção ocorrerá somente após prévio conhecimento e autorização da FISCALIZAÇÃO.

XIV. Se necessário, deverá ser providenciado o cobrimento provisório da coberta ou telhado, no período em que estiverem sendo executados os serviços, de modo a proteger os materiais, equipamentos e estruturas internas existentes no prédio.

c) Placa do Serviço:

I. A CONTRATADA deverá providenciar placa referente ao serviço realizado em chapa de aço galvanizado com tamanho de 2x1m e layout definido pela Gerência de Engenharia, contendo os dados do serviço, do TJCE, da CONTRATADA e de seus responsáveis técnicos.

d) Instalações Provisórias:

I. O TJCE definirá área para guarda dos materiais bem como suas instalações.

II. A CONTRATADA será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade, até a conclusão da execução dos serviços Contratados.

III. O TJCE em hipótese alguma responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos da CONTRATADA que venham a ocorrer nas áreas de sua propriedade.

IV. A carga e o transporte horizontal e vertical de materiais diversos deverão ser feitos de forma a não danificar as instalações existentes e em horário a ser determinado pela FISCALIZAÇÃO.

e) Materiais, ferramentas e equipamentos:

I. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos nacionais, novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto) e de acordo com as especificações da ABNT e da Gerência de Engenharia, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim como não se ad-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

mitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

II. Serão admitidos materiais similares aos especificados, desde que suas condições de similaridade sejam previamente submetidas à FISCALIZAÇÃO e por ela aceitas. Quando não houver consenso em relação à similaridade dos materiais, a CONTRATADA poderá recorrer à certificação por meio de laudo técnico fornecido por entidade certificadora (universidades, laboratórios, etc.). O TJCE reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar ensaios de comprovação de qualidade dos materiais empregados nos serviços, à custa da CONTRATADA.

III. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão fornecidos pela CONTRATADA que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza dos ambientes onde os serviços foram executados ou que foram direta ou indiretamente influenciados por eles.

IV. Os equipamentos, materiais e acessórios, em total conformidade com as especificações e projetos, deverão ser todos de primeiro uso, dentro dos prazos de validade, íntegros e de acordo com as normas vigentes.

V. A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos no local de realização dos serviços antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução dos serviços, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais à custa da CONTRATADA.

VI. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará, por escrito à FISCALIZAÇÃO, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só poderá efetivar-se quando a CONTRATADA:

- a. Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o TJCE; e
- b. Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do TJCE.

VII. A CONTRATADA deverá armazenar os materiais e equipamentos de forma que eles não obstruam a abertura de portas e saídas de emergência, o acesso de equipamentos de prevenção e combate a incêndio e a circulação de outros materiais, além de não prejudicarem o trânsito de pessoas.

VIII. Todos os materiais deverão ser mantidos afastados do contato direto com o piso, mesmo quando fornecidos em embalagens. Os locais de armazenamento deverão ser especialmente preparados e previamente designados e/ou aprovados pelo TJCE, observado o inciso II do § 4º da presente cláusula, além de mantidos constantemente limpos, em perfeita e permanente arrumação.

IX. Todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços e qualquer outro que se fizer necessário deverão ser fornecidos e operados por profissionais qualificados e habilitados. Não será motivo de solicitação de termo aditivo caso o equipamento não esteja relacionado em planilha. Cada LICITANTE deverá definir e determinar os equipamentos que se farão necessário na execução da totalidade dos serviços contratados.

f) Projeto "As Built"



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Concluídas as instalações, a instaladora deverá fornecer um CD com os arquivos em eletrônico (compatível com software CAD) totalmente aberto, sem senhas ou proteções contra gravação, de todas as plantas completas com os desenhos atualizados de como foram realizadas realmente as instalações (desenhos “as built”).

II. O projeto deverá ser apresentado em arquivo digital e impresso.

g) **Mão de obra/ Assistência Técnica**

I. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência, devidamente capacitada, regularizada com suas carteiras trabalhistas (CTPS), identificada com crachás, uniformizada e equipada (botina, calça comprida, blusa, capacete e demais equipamentos necessários, conforme a NR-6 do Ministério do Trabalho).

II. A CONTRATADA deverá manter no local de realização dos serviços, relação com o nome e função de todos os funcionários da mesma, inclusive os subcontratados.

III. A CONTRATADA deverá identificar o pessoal no local de realização dos serviços, de acordo com sua função, pela cor do capacete. O capacete branco será utilizado apenas pelos Engenheiros e Arquitetos e os demais ficarão a critério da empresa CONTRATADA.

IV. Requerer dos fabricantes de materiais, bem como de montadores ou instaladores especializados descritos na fase de habilitação técnica, a prestação de ininterrupta assistência técnica durante o desenvolvimento dos trabalhos realizados e até a sua conclusão.

V. Coordenar e dirigir toda a sua mão de obra, inclusive a mão de obra da execução e da assistência técnica de empresas parceiras que sejam requeridas para trabalhos especializados específicos, sendo sempre de sua total responsabilidade técnica e operacional por quaisquer desses serviços.

VI. Responder, integral e exclusivamente, pela idoneidade e comportamento de seus empregados, subordinados e eventuais empresas parceiras, assim como, evidentemente, por todos os serviços em tela, afastando sempre que exigido pela FISCALIZAÇÃO, de forma incontinenti, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento e ao interesse do serviço público.

VII. Manter com o encarregado ou responsável técnico uma relação atualizada com nome completo e identidade de todo o pessoal presente no local dos serviços.

VIII. Conforme o Art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

IX. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução completa do objeto deste contrato, com os respectivos encargos sociais e incluindo orientação e direção técnica de todos os serviços.

X. A CONTRATADA deverá utilizar profissionais habilitados, qualificados, inclusive pela NR-10, e treinados para cada tipo de tarefa e sob a sua supervisão direta.

XI. Não será permitido o uso de sandálias ou de outros tipos inadequados de calçados pelos empregados da CONTRATADA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XII. Os empregados da CONTRATADA deverão ter conhecimentos básicos sobre prevenção e combate a incêndios.

h) Medidas de Segurança

I. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da CONTRATADA, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

II. Compete à CONTRATADA tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

III. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

IV. A Fiscalização poderá exigir da CONTRATADA a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

V. O TJCE não atuará como mediador em conflitos resultantes da ocorrência do previsto no Art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

VI. A CONTRATADA manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados que exerçam atividades no local de realização dos serviços e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

VII. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, ou quaisquer outros necessários, dependendo da atividade que se realize.

VIII. Além da proteção individual, a CONTRATADA deverá oferecer, na execução de quaisquer que sejam os trabalhos, a plena proteção coletiva contra riscos de acidentes ao seu pessoal e a terceiros, independentemente da transferência do custo dos riscos a companhias ou institutos seguradores.

IX. Os EPI's básicos para todos os operários serão a botina de couro e o capacete. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer operário descalço, usando chinelos ou sapatos abertos.

X. O fornecimento, manutenção e reposição dos EPI's são de obrigação da CONTRATADA e serão fornecidos aos operários sem ônus adicional ao TJCE.

XI. O TJCE realizará inspeções periódicas no local de realização dos serviços a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

XII. A CONTRATADA deverá obedecer as Normas Regulamentadoras (NR's) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e as Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XIII. A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

XIV. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO, às autoridades e aos órgãos competentes, de maneira mais detalhada possível, os casos de acidentes, fatais ou não, que eventualmente ocorram durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio, quedas de materiais ou acidentes com veículos, etc.

XV. Não poderão ser usados na execução de serviços, ferramentas ou sistemas de quaisquer tipos que exijam carga explosiva.

XVI. Deverão ser protegidos:

- a) Os serviços adjacentes já realizados ou em execução;
- b) Os serviços a serem realizados, de acordo com a respectiva especificação;
- c) Áreas e obras vizinhas.

i) **Desconexão dos equipamentos existentes**

I. Deverá ser realizada a desconexão dos equipamentos antigos existentes devendo-se retornar ao Departamento de Patrimônio a guarda destes equipamentos.

j) **Configuração, ensaios e testes.**

I. Após a conclusão de todas as instalações, deverá ser realizado a configuração do sistema de som e áudio, com seus respectivos ensaios e testes com o intuito de verificar o seu perfeito funcionamento.

II. Os instrumentos e demais acessórios requeridos para realização dos ensaios e testes deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA.

k) **Entrega de documentação e apresentação do sistema**

I. Entrega de ART devidamente assinada por Engenheiro Eletricista ou Eletrônico capacitado quanto a responsabilidade de instalação e configuração deste sistema.

II. Deverão ser entregues, em meio digital e impresso em 3 vias, os manuais de operação e manutenção dos equipamentos e dos sistemas, em língua portuguesa, complementados com catálogos e folhetos técnicos dos equipamentos, com os seguintes requerimentos mínimos:

- a. Projeto "as built";
- b. Descrição e características operacionais dos produtos;
- c. Manuais e catálogos dos Equipamentos/Materiais.
- d. Certificado de garantia.
- e. Lista completa de todas as ferramentas especiais e peças sobressalentes;
- f. Relação de peças de reposição;
- g. Relação de fornecedores dos produtos e equipamentos utilizados.

III. Os documentos entregues serão sujeitos ao exame pela FISCALIZAÇÃO, que os aprovará ou determinará ajustes e correções quando necessário.

IV. Durante a etapa de entrega de documentação deverá ser realizada uma apresentação de todo o sistema de som e vídeo para técnicos designados pelo Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, Departamento de Engenharia e Arquitetura e servidores da ESMEC.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

V. Nesta apresentação deverá conter informações da forma de operação dos equipamentos, tipo de equalização, forma de projeção de imagens, interpretação do sistema como um todo, função dos equipamentos, operação dos equipamentos, entre outras informações necessárias para o pleno conhecimento de todo o sistema de som e vídeo.

VI. A apresentação deverá ser realizada em sala de aula a ser disponibilizada pelo Tribunal de Justiça e em campo no local onde será instalado o sistema de som e vídeo.

Cláusula Sétima – Da Garantia e do Suporte Técnico

a) Da Garantia

I. Todos os serviços, equipamentos, componentes, peças e materiais do sistema de áudio e vídeo deverão possuir garantia integral mínima pelo período de 36 meses a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

II. Todos os serviços relativos ao uso da garantia deverão ser realizados mediante abertura de Ordem de Serviço da Garantia (OSG). Ao final de qualquer serviço, a equipe da CONTRATADA deverá colher o nível de satisfação quanto ao atendimento e fornecer cópia da OSG que deverá ser assinada pelo Diretor da ESMEC ou ainda por servidores por eles autorizados.

III. Deverá ser observando os critérios definidos de acordo com o recomendado pelo seu fabricante, de forma a garantir o perfeito funcionamento e operacionalidade, com fornecimento de peças.

IV. O CONTRATANTE entrará em contato, de segunda-feira à sexta-feira e das 8h às 18h, pelo(s) telefone(s) da CONTRATADA solicitando o atendimento. O prazo para atendimento inicial, contando desde a realização da chamada telefônica, deverá ser de 2 (duas) horas.

V. Contando a partir da hora de abertura da OSG, a CONTRATADA terá um prazo de 36 horas para a solução do problema e total restabelecimento do sistema de som e vídeo do auditório da ESMEC.

VI. O não cumprimento dos prazos estabelecidos ou acordados poderá ensejar sanções à CONTRATADA.

VII. A empresa CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e utilização de todas as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços descritos.

VIII. Todos os serviços relativos ao uso da garantia deverão ser executados nas dependências do CONTRATADO sendo fiscalizados e aceitos pelo CONTRATADO, por intermédio do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais.

IX. No caso de excepcional necessidade de remoção do equipamento para conserto fora das dependências do local onde o equipamento foi instalado o mesmo deverá ser substituído por outro de igual ou superior qualidade e especificações técnicas, devendo, em todo o caso, ser obedecido os prazos previstos nos incisos IV e V deste parágrafo.

X. As peças e os equipamentos que venham a ser substituídos nas atividades de relacionadas a garantias deverão ser novos e originais.

XI. A garantia deverá englobar TODAS AS DESPESAS INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO, A SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, COMPONENTES, PEÇAS, MATERIAIS.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Aluguel, MÃO DE OBRA, ALÉM DE CUSTOS COM DESLOCAMENTOS, FRETES, TRIBUTOS E OUTRAS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO.

α. A ideia de pleno funcionamento do sistema deve ser entendida como todo o conjunto necessário para que o sistema de vídeo opere dentro das características técnicas descritas neste contrato.

XII. O prazo da garantia será prorrogado caso ocorram interrupções no funcionamento do sistema de áudio e vídeo, devendo o período de prorrogação ser idêntico àquele em que o sistema permanecer inoperante.

XIII. A CONTRATADA entregará ao TJCE, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do sistema de som e vídeo, o certificado de garantia destes equipamentos e serviços.

b) Do Suporte Técnico

I. Durante todo o período de garantia a contratada deverá fornecer serviços de suporte técnico aos usuários do sistema de som e vídeo objeto deste termo de referência no local onde o sistema foi instalado e através do(s) telefone(s) fornecidos pela CONTRATADA.

a) Quando da necessidade de deslocamento ao local onde foi instalado o sistema de som e vídeo, serão observados os prazos previstos nos incisos IV e V do §1º desta cláusula.

II. Entre os serviços previstos de suporte técnico devem estar incluídos, no mínimo:

- a) Dúvidas relativas ao uso do sistema de áudio e vídeo;
- b) Problemas relacionados com o sistema de áudio e vídeo;
- c) Orientação quanto a viabilidade de interligação com outros sistemas.

Cláusula Oitava – Das Responsabilidades e Seguros

a) Responsabilidade

I. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

II. A CONTRATADA, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os serviços, garantindo boas práticas técnicas e atuando com eficiência em todos os serviços que efetuar. A responsabilidade inclui também os possíveis danos causados às instalações existentes decorrentes da realização dos serviços.

III. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessários, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

IV. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

V. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, rede de energia elétrica, telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas de execução dos serviços e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as coincidentes com o seu estado original.

VI. A CONTRATADA deverá estudar e analisar detalhadamente o Projeto Executivo e detalhes relativos à execução dos serviços, assumindo a responsabilidade solidária pela viabilidade técnica destes. Se porventura alterações se mostrarem necessárias, elas somente poderão ser executadas depois de tecnicamente fundamentadas e autorizadas, por escrito, pela FISCALIZAÇÃO após a formalização do respectivo documento hábil.

VII. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento de quaisquer especificações e nem do local de execução dos serviços. Para tanto, foi facultado seu comparecimento ao local, conforme item 14 (quatorze) do Termo de referência – Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico n. 7/2017), para confirmar ou retificar os valores quantitativos e técnicas apresentados no conjunto fornecido com as especificações (Projeto Executivo e Planilha Orçamentária).

VIII. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos trabalhos contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou dano nos locais de execução dos serviços até sua definitiva aceitação.

IX. A CONTRATADA deverá manter (antes, durante e após o término dos serviços) sigilo absoluto sobre o conteúdo dos documentos e informações dos quais tenha tomado conhecimento em função da execução do objeto contratual, ficando expressamente vedada qualquer forma de divulgação, sob pena de responder por perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

X. As demolições porventura necessárias serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a serem evitados danos a terceiros.

XI. A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos, provenientes das demolições, serão executados pela CONTRATADA de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO e da municipalidade local.

b) Seguros e acidentes

I. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

Cláusula Nona – Da Terceirização de Serviços

a) É vedada a subcontratação total ou parcial da execução do objeto deste contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Como única exceção a esta regra será permitido a terceirização de serviços secundários de infraestrutura e pequenas adequações como corte e recomposição de piso e carpete.

II. Todas as questões referente a execução deste contrato serão tratadas diretamente com a CONTRATADA, respondendo está pela total responsabilidade de todos os atos praticados pela empresa terceirizada, de acordo com as especificações e exigências descritas neste contrato.

b) São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJCE durante a vigência do contrato;

II. Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TJCE;

III. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TJCE.

Cláusula Décima – Do Preço

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos bens fornecidos e serviços prestados, o valor global de R\$ 207.999,00 (duzentos e sete mil, novecentos e noventa e nove reais).

Cláusula Décima Primeira – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como Fonte dos recursos os diretamente arrecadados, na seguinte dotação orçamentária:

04200101.02.122.500.17419.15.44905200.27000.1.20

04200101.02.122.500.17419.15.44903900.27000.1.20

04200101.02.122.500.17419.15.44903000.27000.1.20

Cláusula Décima Segunda – Da Vigência

O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo 60 (sessenta) dias consecutivos para execução dos serviços objeto deste contrato e 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, incluindo a limpeza e a desmobilização do local de realização dos serviços, devendo ser rigorosamente res-

peitado.

I. O “termo inicial”, para contagem do prazo e início dos serviços, conta-se da data definida na(s) “Ordem de Serviço”, expedida(s) pelo TJCE, através da Gerência de Engenharia.

II. Na contagem dos prazos são excluídos o dia do começo e incluído o do vencimento.

III. Fica desde já acordado que, caso haja necessidade, devem ser instituídos, pela CONTRATADA, turnos adicionais de trabalho, inclusive noturnos, de forma a cumprir o estabelecido no cronogra-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ma, sem qualquer custo adicional para o TJCE, inclusive os custos necessários para iluminação e/ou implantação de condições adicionais de segurança.

IV. Ficam ressalvadas e dispensadas as hipóteses de caso fortuito e força maior, previstas em lei, ou situações de atraso decorrentes de ações diretas ou indiretas do próprio TJCE ou de terceiros, alheios à responsabilidade da CONTRATADA.

V. O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do TJCE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do final do prazo contratual.

a. A eventual prorrogação do prazo somente será admitida nas condições estabelecidas no parágrafo 1º, incisos I a VI do art. 57 da lei n. 8.666/1993.

VI. A expedição da Ordem de Serviço Inicial somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário da Justiça e a entrega da “Garantia de Cumprimento do Contrato”.

Cláusula Décima Terceira – Dos Critérios de Medição, Recebimento dos Serviços e Pagamento

a) Critérios de Medição:

I. Será realizada apenas uma única medição e será efetuada após o fornecimento, instalação e configuração de todo o sistema de áudio e vídeo incluindo o seu respectivo treinamento e entrega de toda a documentação com seu(s) respectivo(s) teste(s) e perfeita operação, devendo ser realizada em até 90 (noventa) dias após a emissão da ordem de serviço.

II. Os serviços objeto deste contrato somente serão recebidos pelo TJCE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

III. O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado através do Termo de Recebimento Definitivo.

IV. A CONTRATADA deverá solicitar à Gerência de Engenharia, por comunicação escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do prazo de encerramento do contrato, a vistoria do objeto pela FISCALIZAÇÃO para verificação dos serviços executados com fins de recebimento definitivo, o qual deverá coincidir com o prazo estipulado na Cláusula Doze deste contrato.

α. A FISCALIZAÇÃO recusará o recebimento do objeto, caso haja não conformidades significativas quanto às especificações.

V. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na tentativa de recebimento definitivo.

VI. No recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar ao TJCE:

a) Termo de Garantia pelo prazo de, no mínimo, 36 meses dos equipamentos de áudio e vídeo e de todos os serviços executados, conforme Cláusula Sétima deste contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VII. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 10.1.2002).

VIII. Quando da realização do recebimento definitivo se verificar discrepâncias, incompatibilidades com as especificações deste contrato, ou performances dos equipamentos abaixo das especificadas, será aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para correções e complementações consideradas necessárias para a realização de nova tentativa de recebimento. Caso seja impossível o cumprimento do prazo citado, a CONTRATADA deverá apresentar formalmente justificativa fundamentada que será analisada pela Gerência de Engenharia.

IX. No tempo do Contrato estão incluídos os tempos para recebimento, inclusive aqueles necessários para eventuais correções, caso haja discrepâncias ou incompatibilidades, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

X. A execução dos serviços de fornecimento, instalação e configuração só se dará por concluída após o término de todas as etapas especificadas, retirada dos entulhos, devolução dos equipamentos antigos ao Departamento de Patrimônio e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.

a. O local de entrega dos equipamentos antigos será definido pelo Departamento de Patrimônio, limitando-se, em todo o caso, à proximidade do local de execução dos serviços objeto deste Contrato.

b) Critérios de pagamento:

- I. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - i. Apresentação da Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
 - ii. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - iii. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
 - iv. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - v. Garantia contratual vigente;
 - vi. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- II. O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
 - i. Execução defeituosa dos serviços;
 - ii. Descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;
 - iii. Obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o CONTRATANTE;
 - iv. Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

III. O CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que o CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV. O TJCE realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente condicionada, em todo o caso, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

V. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

VI. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato, na nota de empenho, no Edital ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e, nesse caso, o prazo previsto nesta Cláusula será interrompido.

VII. A contagem do prazo previsto para pagamento (30 dias) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

VIII. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em nome do Fundo Especial de reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, CNPJ n. 41.655.846/0001-47.

IX. A lista de documentos referida no inciso I do presente parágrafo pode, a qualquer momento, a critério do CONTRATANTE, sofrer alterações. Qualquer acréscimo ou supressão será informado por escrito à CONTRATADA.

X. O pagamento será realizado através de depósito bancário, até 30 (trinta) dias após o atesto sem ressalvas da prestação do serviço, condicionado, em todo o caso, a regularidade de toda a documentação fiscal verificada.

XI. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

no qual i - taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

Cláusula Décima Quarta – Da Garantia Contratual

a) A CONTRATADA deverá entregar na Central de Contratos do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

b) A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução dos serviços e devidamente acrescida de 3 (três) meses, conforme IN n. 6 de 23.12.2013 da SLTI/MPOG.

c) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II. Prejuízos diretos causados ao TJCE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE, e indenizações devidas pela CONTRATADA;

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

d) Tratando-se de Caução em títulos da dívida pública, deverá ter exigibilidade não contestada pelo TJCE e devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

e) Em sendo Caução em dinheiro, deverá ser recolhida na Secretaria de Finanças do TJCE.

f) Caso prestada sob a forma de Fiança Bancária, a Carta de Fiança deverá ter validade mínima igual ao prazo inicial do contrato, com expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 da Lei n. 10.406/2002 – Código Civil, bem como conter cláusula de prorrogação automática, até que o CONTRATANTE confirme o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA, devendo ainda estar reconhecidas em cartório as firmas dos garantes.

g) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo segundo desta cláusula.

h) O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

i) Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá reintegrar o seu valor, no prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada.

j) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

k) O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

l) A não apresentação da garantia até a assinatura contratual ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas na **Cláusula Dezesseis deste Contrato**.

m) No caso de rescisão do contrato, por culpa da CONTRATADA, a garantia contratual será utilizada para cobrir todos prejuízos comprovados a que a CONTRATANTE vier a sofrer.

n) A garantia será considerada extinta:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II. Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

o) O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I. Caso fortuito ou força maior;

II. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

III. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

IV. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

p) Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no parágrafo anterior.

Cláusula Décima Quinta – Do Reajuste e dos Acréscimos

a) Face ao prazo de duração dos serviços, os preços serão fixos e irrevogáveis.

b) No interesse da Administração, e nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal de Licitações e Contratos, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

c) Na hipótese de ocorrência do previsto no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, primeiramente, observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste contrato.

Cláusula Décima Sexta – Das Sanções Administrativas

Atendendo ao Art. 20, inciso IV, alínea “h” da INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 4 da SLTI/MPOG, de 11 de setembro de 2014 e conforme os Arts. 86, 87 e 88 da Lei n. 8.666/1993, art. 7º da Lei 10.520/2002, seguem, abaixo, definições claras e detalhadas das sanções administrativas a serem aplicadas a esta contratação com vinculação por este Termo de Contrato.

a) As sanções administrativas a serem aplicadas nesta contratação podem ser alteradas caso haja mudança na legislação em vigor.

b) Com fundamento no art. 7 da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, ficando também sujeito à aplicação das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais o CONTRATADO que:

I. Apresentar documentação falsa;

II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- III. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Cometer fraude fiscal.

c) Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste contrato, o TJCE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções a seguir, de acordo com o grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações:

I. **Advertência**, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo à prestação dos serviços;

II. **Multa de 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO** no caso de:

- a. Rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CONTRATADA, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis.
- b. Execução dos serviços em desacordo com o solicitado;
- c. Prestação do serviço por pessoa jurídica que, declarando-se falsamente como microempresa ou empresa de pequeno porte, utilizou-se indevidamente dos benefícios ou regime diferenciado estabelecidos na Lei Complementar n. 123/2006, sem prejuízo da rescisão unilateral da contratação.
- d. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e. Inexecução total do objeto;
- f. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo;
- h. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

III. **Multa de mora 0,33% (trinta e três décimos percentuais) por dia de atraso na entrega do objeto**, calculada sobre o valor total do CONTRATO, **até 30 (trinta) dias** após o término dos prazos de execução do contrato, **limitada a 10% (dez por cento)** do mesmo valor, por ocorrência;

IV. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e contratar com a Administração**, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, das demais cominações legais, para o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a. Recusar-se injustificadamente a assinar o contrato;
- b. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;
- c. Não mantiver a proposta;
- d. Falhar ou fraudar na execução dos serviços contratados;
- e. Comportar-se de modo inidôneo;
- f. Cometer fraude fiscal;
- g. Declarar-se falsamente como microempresa ou empresa de pequeno porte, utilizando-se indevidamente dos benefícios ou regime diferenciado estabelecidos na Lei Complementar n. 123/2006, sem prejuízo da rescisão unilateral da contratação.

V. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Administração pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

VI. Rescisão, conforme Cláusula Dezoito deste Contrato.

d) Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, utilizar a garantia para permitir a compensação da multa aplicada. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

e) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa, sem prejuízo de responsabilização nas esferas cível e penal.

f) Sempre que houver irregularidade na prestação dos serviços executados, o CONTRATANTE efetuará a apuração das ocorrências e comunicará à CONTRATADA.

g) O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá cancelar o Contrato em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

h) O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a CONTRATADA caso não haja recolhimento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da comunicação oficial.

i) Se o valor descontado for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher sua complementação dentro de 48 horas, contados da data da efetivação do desconto parcial.

j) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se ao interessado o direito à defesa prévia e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

I. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa.

Cláusula Décima Sétima – Da Fiscalização do Contrato

a) O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará reserva-se o direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do objeto, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da CONTRATADA de acordo com este contrato.

I. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da CONTRATADA, o CONTRATANTE, exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do objeto, através de servidor, Analista Judiciário, Técnico Judiciário ou Comissão, devidamente designado para esse fim, que assistirá ou subsidiará na FISCALIZAÇÃO de todas as etapas de execução do objeto.

b) A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando corresponsabilidade objetiva ou subjetiva do CONTRATANTE.

c) A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, à qual a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução do objeto e especialmente para:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. Suspender os trabalhos, sempre que considerar a medida necessária;
- II. Recusar qualquer serviço que não se enquadre nas especificações das normas técnicas da ABNT (e outras aplicáveis) e nos padrões exigidos pelo CONTRATANTE;
- III. Decidir, juntamente com o representante da CONTRATADA, todas as questões rotineiras que surgirem durante a execução dos serviços;
- IV. Exigir da CONTRATADA a manutenção, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- V. Inspeccionar e supervisionar todos os suprimentos necessários à execução, conforme critérios que garantirão a qualidade/desempenho do objeto deste contrato;
- VI. Participar da programação e acompanhamento da execução do objeto, definindo, em conjunto com a CONTRATADA, alterações na sequência e/ou metodologia dos trabalhos, que forem julgadas convenientes ou necessárias;
- VII. Notificar a CONTRATADA sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, determinando sua regularização; ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo;
- VIII. Notificar a CONTRATADA sobre a utilização de equipamentos e ferramentas inadequados, ou processos inseguros para a realização dos serviços;
- IX. Fazer as aferições necessárias para a liberação de pagamentos em conformidade com as condições estabelecidas no contrato;
- X. Recusar os materiais entregues e/ou os serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA em desacordo com as condições estabelecidas no presente **contrato**, apresentando as devidas justificativas;
- XI. Exigir da CONTRATADA que exclua da equipe designada para a realização dos serviços pessoa por ela empregada que, a critério do CONTRATANTE, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, ainda, persista em conduta prejudicial à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, no local da execução dos serviços, ou ainda, de qualquer forma venha a prejudicar o andamento normal da execução dos serviços, a imagem do CONTRATANTE, ou que prejudique a relação desse com as autoridades e/ou comunidades locais, devendo a CONTRATADA providenciar a imediata substituição da referida pessoa por outra que atenda aos requisitos necessários ao desempenho da respectiva função;
- XII. Requerer amostras de material utilizado na execução dos serviços e testes e análises de materiais, equipamentos e serviços que julgar necessários;
- XIII. Requerer a realização de testes adicionais de materiais, equipamentos e serviços, caso aqueles realizados ou apresentados pela CONTRATADA apresentem deficiências ou divergências em relação às especificações e normas técnicas;
- XIV. Determinar a suspensão da execução, no todo ou em parte, quando sua realização não estiver de acordo com as normas, especificações técnicas e as demais condições contratuais, ou quando houver riscos à segurança das pessoas e ao meio ambiente ou a sua realização possa ocasionar prejuízo de difícil ou impossível reparação;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XV. Decidir em nome do CONTRATANTE e no limite de suas atribuições, as demais questões que venham a ser suscitadas quanto à execução do objeto deste contrato.

d) As ações de que tratam o item anterior serão formalizadas pela CONTRATANTE através dos competentes relatórios.

e) Todo e qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formalizado por documento escrito contendo as assinaturas dos representantes das Partes, sem as quais não terá validade.

f) As decisões e (ou) providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do Secretário de Infraestrutura, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

g) A CONTRATADA deverá ajustar, prontamente, na forma prevista por acordo das Partes, o planejamento da execução do objeto, conforme as providências que forem acordadas para a solução das discordâncias ou impasses, de forma a não permitir o comprometimento da qualidade da execução dos serviços ou prejuízos aos prazos e valores contratuais.

h) A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE não elimina ou atenua as responsabilidades da CONTRATADA.

i) A presença da FISCALIZAÇÃO no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução do trabalho.

j) A FISCALIZAÇÃO representará o CONTRATANTE e terá as atribuições delegadas em ato específico e será composta por engenheiro(s) e/ou técnico(s) com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução dos serviços.

k) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

l) Autorizar a execução de serviços durante os fins de semana e/ou feriados uma vez que solicitados em tempo e puderem ser realizados sem a presença da FISCALIZAÇÃO.

I. Restringir a realização de atividades que julgar necessitarem de seu acompanhamento tendo sua execução preferencial os horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis.

m) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com imperfeição, levando-se em consideração também as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

n) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

o) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

p) Para quaisquer serviços mal executados, a FISCALIZAÇÃO reservar-se-á o direito de determinar sua modificação, o seu reparo ou a substituição da forma de execução, com os materiais que entenderem mais adequados, sem que tal fato acarrete em solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão dos serviços.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

q) A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

r) Solicitar através da Central de Contratos a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) à CONTRATADA dando-lhe ciência do ato, por escrito, bem como comunicar ao Órgão Financeiro do CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA.

I. Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE.

s) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao “local de execução dos serviços”, bem como a todos os elementos de informações relacionados com a execução dos serviços, por essa julgados necessários.

Cláusula Décima Oitava – Da Rescisão

a) A inexecução total ou parcial do contrato oriundo do uso da ata de registro de preço enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993.

b) Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral DO CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

c) A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou o tiver prestado a contento.

d) A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

e) Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III. Judicial, nos termos da legislação.

f) DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS – A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g) DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA – A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei.

h) DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LOCAL, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS, MATERIAL E PESSOAL – A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do artigo 80 da Lei n. 8.666/1993 fica a critério da Autoridade competente, que poderá dar continuidade à execução do objeto do contrato por execução direta ou indireta e, na hipótese do inciso II do mesmo artigo, deverá ser seguida a orientação constante no parágrafo 3º do mesmo artigo.

i) DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL – É permitido à CONTRATADA, no caso de recuperação judicial e extrajudicial, manter o presente contrato, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias a sua execução.

j) A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

Cláusula Décima Nona – Do Ordenador de Despesas e do Gestor do Contrato

O órgão responsável pela contratação é o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

a) O Contrato será gerido pela Gerência de Engenharia, podendo ser nomeado um servidor específico para fiscalizar a execução do objeto registrado e as condições de habilitação do fornecedor.

b) O(a) Ordenador(a) de Despesas é o Secretário de Finanças, em atendimento ao Art. 9º da Portaria n. 842/2017, datada de 1º de outubro de 2014, que trata de delegação de competência a Gestores do Tribunal de Justiça.

Cláusula Vigésima – Das Prescrições Gerais

As eventuais dúvidas acerca do teor das especificações do Termo de Referência, Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico n. 7/2017, deverão ser encaminhadas formalmente ao seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Gerência de Engenharia – Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Bairro Cambéba – CEP 60.822-325 – Fortaleza, CE. Também poderão ser feitos contatos pelos telefones: (85) 3207.7458/3207.7456, ou pelo endereço eletrônico dengarq@tjce.jus.br, para os devidos esclarecimentos.

Cláusula Vigésima Primeira – Da Legislação Aplicável

Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, alterada pelas Leis n. 9.648/1998, n. 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

Cláusula Vigésima Segunda – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidas por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 27 de NOVEMBRO de 2017.

Des. Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Contratante

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – Contratante

Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa

Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE – Contratante

Dr. José Joaquim Neto Cisne

Secretário de Finanças do TJCE – Contratante

Sr. Pedro Felipe Leite Retes

Representante Legal da WAVE TECNOLOGIAS EM SISTEMAS AUDIOVISUAIS LTDA. EPP
– Contratada

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I-CADERNO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

| 1 | EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO – AUDITÓRIO | | |
|-----|--|---|----|
| 1.1 | MATRIX DE ÁUDIO / PROCESSADOR DE ÁUDIO 12x8 ÁUDIO. XI.Chassis baseado em processamento por DSP XII.Deve possuir 12 entradas de áudio analógicas XIII.Deve possuir 08 saídas de áudio analógicas XIV.Possuir interface de comunicação RS-232 para integração com sistema de automação XV.Deve possuir portas de comunicação Ethernet para configuração XVI.Deve ser compatível com o protocolo de transporte digital padrão AVB com 128 canais, BluLink com 48 canais, Dante com 256 canais ou CobraNet com 256 canais. XVII.Deve possuir interface GPIO para com no mínimo 04 contatos lógicos para automação XVIII.Deve possuir software de gerenciamento e configuração com funções de roteamento de sinais, mixagem, equalização, filtragem e outras funções aplicadas nos sinais de áudio. XIX.Tensão de Alimentação: 100 a 240V | 1 | UN |
| 1.2 | MICROFONE GOOSENECK XX.Comprimento da haste metálica flexível aproximado de 415mm XXI.Possuir base com botão para funcionamento nos seguintes formatos Botão on/off, Push to mute, Push to talk XXII.Com capsula padrão polar cardioide XXIII.Resposta de frequência mínima de 50Hz a 17kHz XXIV.Suportar um nível máximo de pressão sonora de pelo menos 120 dB SPL XXV.Deve possuir um ruído equivalente menor que 26db (A) XXVI.Conector: 3 pinos macho XLR | 5 | UN |
| 1.3 | AMPLIFICADOR DE SOM MULTICANAL 2400W Características: XXVII.Amplificador de áudio com 8 canais de 300W cada. XXVIII.Possuir circuitos de amplificação tipo Classe-D. XXIX.Fonte de alimentação chaveada com PFC. XXX.Possibilidade de ser configurado para operar em linha de 70V/100V. XXXI.Resposta em resposta em frequências: 20Hz a 20kHz aproximadamente. | 1 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|-----|--|---|----|
| | XXXII.Fator de amortecimento: >150. XXXIII.Permitir o agrupamento dos canais (modo bridge) XXXIV.Possibilitar de instalação de cargas de 2 a 8 ohms, além de linhas de 70V e 100V. | | |
| 1.4 | CAIXA ACUSTICA TIPO ARANDELA SELADA Características: XXXV.Caixa acústica tipo selada full-range. XXXVI.Ter um driver de 6,5" e um tweeter coaxial refrigerado. XXXVII.Alimentação com transformador de 70V/100V. XXXVIII.Possibilitar também de conexão em 8 ohms. XXXIX.Resposta em frequências: 62Hz a 20kHz aproximadamente. XL.Suportar 100W de potência de programa. XLI.Ter sensibilidade mínima de 90dB. XLII.Cobertura de 110°. XLIII.Fator de diretividade de 7,8 aproximadamente. XLIV.Possuir SPL máximo de 108dB. XLV.Transformador com taps de 30W, 15W e 3,8W. XLVI.Ter crossover interno para os drivers. XLVII.Diâmetro de 10 polegadas aproximadamente. | | |
| 1.5 | CONJUNTO MICROFONE DE CABEÇA (INCLUINDO MICROFONE DE CABEÇA+RECEIVER +TRANSMISSOR) COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS. <u>MICROFONE DE CABEÇA</u> XLVIII.Cápsula de microfone: XLIX.Microfone tipo de cabeça. L.Padrão de captura omnidirectional. LI.Resposta em frequência: 20Hz a 20kHz. LII.Sensibilidade: 8mV/Pa. LIII.Relação sinal-ruído: 68dB-A. LIV.Impedância: 3.5 kohms. LV.Saída em conector mini-xlr. <u>RECEIVER WIRELLES</u> LVI.Modulação tipo FM. LVII.Resposta em frequência de áudio: 40Hz a 19khz. LVIII.Distorção harmônica total: menor que 0,5%. LIX.Potência de RF: 50mw. LX.Saída balanceada. <u>TRANSMISSOR WIRELES PARA USO PESSOAL</u> LXI.Tipo Bodyback. | 1 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|-----|--|---|----|
| | LXII. Alimentação por <i>duas baterias AA</i> com duração aproximada de 12h. | | |
| | | | |
| | | | |
| 1.6 | CONJUNTO MICROFONE SEM FIO TIPO BASTÃO (INCLUINDO MICROFONE SEM FIO + RECEIVER) <u>MICROFONE</u> LXIII. Transmissor: LXIV. Alimentado por duas baterias AA com duração mínima de 10h. LXV. Cápsula de microfone: LXVI. Padrão de captação: Supercardióide. LXVII. Resposta de frequências mínima: 75Hz a 19kHz. LXVIII. Nível de pressão sonora máximo: 147dB aproximadamente. LXIX. Faixa de operação 50 a 60 metros. <u>RECEIVER WIRELESS</u> LXX. Deve possuir modulação tipo FM. LXXI. Deve possuir resposta em frequência de áudio: 40Hz a 19kHz aproximadamente. LXXII. Distorção harmônica total: menor que 0,5%. LXXIII. Potência de RF: 50mw. LXXIV. Saída balanceada. | 2 | UN |
| 2 | EQUIPAMENTOS DE VÍDEO – AUDITÓRIO | | |
| 2.1 | MATRIZ DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO COM CHAVEAMENTO DE VÍDEO LXXV. Portas de comunicação: LXXVI. 01 Porta de Comunicação RS-232 LXXVII. 01 Portas IR LXXVIII. Memória: 1GB LXXIX. 01 Interface Ethernet 10/100Mbps Processamento de áudio: LXXX. 8 Entradas de áudio digitais/analógicas LXXXI. 02 Saídas de áudio analógicas LXXXII. A saída HDMI pode receber o áudio de qualquer entrada analógica/digital LXXXIII. Áudio de qualquer entrada HDMI pode ser enviado para uma saída de áudio analógica. | 1 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|-----|---|---|----|
| | Processamento de vídeo: LXXXIV.04 Entradas de vídeo multiformato sendo suportados: RGBHV, S-Video, Composto ou Componente LXXXV.04 Entradas HDMI com HDCP LXXXVI.01 Saída HDMI com HDCP LXXXVII.Realiza o scaling automático de todos os sinais analógicos para as saídas digitais. LXXXVIII.Resolução suportada: 4096x2160 4K LXXXIX.Roteamento de vídeo tipo 8x1 XC.Deve ser fornecida com um tablet programável para controle via enlace Wi-Fi. | | |
| 2.2 | TV DE LED DE 48" XCI.Possuir 48" polegadas de diagonal. XCII.Resolução FullHD. XCIII.Ter pelo menos duas entradas HDMI. XCIV.Deverá possuir conexão de rede Ethernet. | 2 | UN |
| 2.3 | SUORTE DE PAREDE PARA TV DE LED DE 48" | 2 | UN |
| 2.4 | PROJETOR DE VÍDEO DE ALTA RESOLUÇÃO À LASER XCV.Projetor com tecnologia LCD XCVI.Possuir brilho mínimo de 5.000 ansi lumens. XCVII.Contraste mínimo de 5.000:1. XCVIII.Nível de ruído operacional máximo de 30 dB no modo econômico. XCIX.Resolução nativa WXGA NO MINIMO. C.Deve aceitar resoluções de entrada até WXGA NO MÍNIMO. CI.Deve ser fornecido com lente compatível com a abertura desejada. | 1 | UN |
| 2.5 | SUORTE DE TETO PARA PROJETOR CII.Deve possuir sistema de inclinação de até 15° com ajuste através de molas CIII.Deve possuir passagem interna para cabos CIV.Altura mínima de 50cm CV.Pintura eletrostática na cor branca e canopla de acabamento | 1 | UN |
| 2.6 | TELA ELETRICA 16:10 122" COM MOLDURA DE ACABAMENTO CVI.Tela de 122" área de projeção 2630 x 1640 mm CVII.Borda superior (black) com fácil ajuste CVIII.Formato widescreen 16:10 CIX.Sistema acondicionado em estojo sextavado, de alumínio em | 1 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|-----|--|---|----|
| | pintura eletrostática CX.Motor 220 volts CXI.Redutor de velocidade em fim de curso CXII.Deve ser fornecida com moldura de acabamento | | |
| 2.7 | SPLITER DE VÍDEO 1:4 CXIII.Deve possuir uma entrada HDMI e quatro saídas HDMI CXIV.Certificação HDCP CXV.Suportar formato FullHD 1080 P60 com Deep Color CXVI.Permitir configuração de EDID CXVII.Deve possuir extrator de áudio estérea com saída em SP-DIF e par de RCA | 1 | UN |
| 3 | ACESSÓRIOS DE AUDIO E VÍDEO AUDITÓRIO | | |
| 3.1 | ESTABILIZADOR 2KVA CXVIII.Rendimento com carga nominal: > 92 % CXIX.Tempo máximo de resposta: ≤ 3 ciclos de rede elétrica CXX.Grau de proteção: IP 20 CXXI.Tensão nominal de entrada: Bivolt (115-127/220) CXXII.Freqüência nominal: 60 Hz CXXIII.Faixa de variação de freqüência: 57 e 63 Hz CXXIV.Fusível de entrada (rearmável): 20 A / 250 V CXXV.Tensão nominal de saída: 115 V CXXVI.Regulação: ± 6 % CXXVII.Número de tomadas: 6 saídas para tomadas modelo novo (NBR 14136), (corrente máxima 10A) | 1 | UN |
| 3.2 | RACK DE PISO PARA SOM, PADRÃO 19"x 32 U'S CXXVIII.Rack de piso com 32 UR e profundidade de 670mm CXXIX.Porta frontal em vidro de 5mm temperado e com fecho cilindro com chave CXXX.Estrutura em chapa de aço 1,5mm. Monobloco Planos de montagem com marcação em meio "U" e regulação na profundidade em chapa de aço 1,5mm CXXXI.Base soleira em chapa de aço 1,5mm. para acomodação de reserva técnica de cabos CXXXII.Abertura destacável no teto e na base para passagem de cabos na parte trazeira CXXXIII.Pés niveladores CXXXIV.Estrutura em aço revestida com pintura eletrostática a pó na cor preta | 1 | UN |
| 3.3 | CABO VGA DE 20M | 1 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|-----|---|---|----|
| | CXXXV.Cabo VGA com conector plástico montado em fabrica CXXXVI.Deve possuir núcleos de ferrite nas extremidades para atenuação de ruído CXXXVII.Cabo com malha blindada CXXXVIII.Comprimento de 20 metros | | |
| 3.4 | CABO HDMI 1.4 DE 20M CXXXIX.Compatível com as Versões: 1.4 , 1.3B e Anteriores CXL.Resoluções de Vídeo: 576i/P, 720i/P, 1080i/P 4k 2k (4096p) CXLI.Altas Velocidade de Transmissão: 10,2 Gbps – High Speed CXLII.Retorno de Áudio: 7.1 pelo próprio cabo CXLIII.Imagens: 2D e 3D Compatível CXLIV.Conectores banhado a ouro 24k CXLV.Comprimento de 20 metros | 1 | UN |
| 3.5 | CABO HDMI 1.4 DE 3M CXLVI.Compatível com as Versões: 1.4 , 1.3B e Anteriores CXLVII.Resoluções de Vídeo: 576i/P, 720i/P, 1080i/P 4k 2k (4096p) CXLVIII.Altas Velocidade de Transmissão: 10,2 Gbps – High Speed CXLIX.Retorno de Áudio: 7.1 pelo próprio cabo CL.Imagens: 2D e 3D Compatível CLI.Conectores banhado a ouro 24k CLII.Comprimento de 3 metros | 5 | UN |
| 3.6 | CABO HDMI 1.4 DE 40M CLIII.Compatível com as Versões: 1.4, 1.3B e Anteriores CLIV.Resoluções de Vídeo: 576i/P, 720i/P, 1080i/P 4k 2k (4096p) CLV.Altas Velocidade de Transmissão: 10,2 Gbps – High Speed CLVI.Retorno de Áudio: 7.1 pelo próprio cabo CLVII.Imagens: 2D e 3D Compatível CLVIII.Conectores banhado a ouro 24k CLIX.Comprimento de 40 metros | 2 | UN |
| 3.7 | CABO HDMI 1.4 DE 10M CLX.Compatível com as Versões: 1.4, 1.3B e Anteriores CLXI.Resoluções de Vídeo: 576i/P, 720i/P, 1080i/P 4k 2k (4096p) CLXII.Altas Velocidade de Transmissão: 10,2 Gbps – High Speed CLXIII.Retorno de Áudio: 7.1 pelo próprio cabo CLXIV.Imagens: 2D e 3D Compatível CLXV.Conectores banhado a ouro 24k | 2 | UN |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|------|---|---------|----|
| | CLXVI.Comprimento de 10 metros | | |
| 3.8 | CABO DE AUDIO 2x2.5mm ² POLARIZADO | 22 0 | M |
| 3.9 | CABO DE AUDIO DE MICROFONE 2x0,30mm ² | 10 0 | M |
| 3.10 | MULTICABOS DE 12VIAS – 20M | 1 | UN |
| 3.11 | CONECTOR HD15M COM CAPA METÁLICA | 2 | UN |
| 3.12 | CONECTOR XLR MACHO | 10 | UN |
| 3.13 | CONECTOR XLR FÊMEA | 10 | UN |
| 3.14 | CONECTOR BNC | 2 | UN |
| 4 | OUTROS SERVIÇOS PARA O SISTEMA DE AUDIO E VÍDEO DO AUDITÓRIO | | |
| 4.1 | MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO CLXVII.Compreende por mão de obra o conjunto de profissionais envolvidos nas atividades de implantação do sistema dentro das qualificações técnicas específicas de cada serviço, de acordo com as especificações deste edital. CLXVIII.Conforme normas técnicas pertinentes, a saber: <ul style="list-style-type: none">• NBR 5410 - Execução de instalações elétricas de baixa tensão;• NBR 5474 - Eletrotécnica e Eletrônica - conectores elétricos;• NBR 5471 - Condutores Elétricos; | 1 | VB |
| 4.2 | TREINAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL CLXIX.Treinamento de 08 horas para no mínimo 3 (três) funcionários do Tribunal, afim de passar todos os conceitos de operação dos equipamentos instalados. | 1 | VB |
| 4.3 | GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE 36 MESES | 1 | VB |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NOME : PEDRO FELIPE LEITE RETES
NACIONALIDADE : BRASILEIRA
ESTADO CIVIL : CASADO
PROFISSÃO : ENGENHEIRO
RG : MG 14.673.704 SSP MG
CPF : 080.047.956-41
DOMICÍLIO : RUA MARQUÊS DE MARICÁ, Nº 355 – BAIRRO SANTO ANTÔNIO
CIDADE : BELO HORIZONTE
UF : MINAS GERAIS
FONE : 31 2551-4400
FAX :
CELULAR :
E-MAIL :



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III DO CONTRATO- Quadro de Pessoal Técnico
TERMO DE INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO

| REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2017 | | PESSOAL TÉCNICO A SER UTILIZADO NOS SERVIÇOS | |
|---|-------------|--|----------------------|
| RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: WAVE TECNOLOGIAS EM SISTEMAS AUDIOVISUAIS LTDA. | | | |
| NOME | FUNÇÃO | ESPECIALIZAÇÃO | TEMPO DE EXPERIÊNCIA |
| Ruslan de Magalhães Viana | Engenheiro | Engenheiro Eletricista | 8 anos |
| Pedro Felipe Leite Reis | Programador | Programador C# | 5 anos |
| | | | |
| | | | |

Conforme consta deste Contrato, comprometemo-nos a exercer atividades nos serviços objeto da licitação em referência.

Cientes:

assinatura

Nome: Pedro Felipe Leite Reis
Cargo: Programador

assinatura

Nome:
Cargo:

assinatura

Nome: RUSLAN MAGALHÃES VIANA
Cargo: ENGENHEIRO

assinatura

Nome:
Cargo:

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal

CPF: 050.047.956-91
RG: MG 14673204



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IV DO CONTRATO
Planilha Orçamentária
Orçamento Sintético: quantitativos estimados em projeto

| ORÇAMENTO SINTÉTICO | | | | | | |
|----------------------------|---|------|-------|----------------|-------------|-------------------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | UNID. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | PERCENTUAL RELATIVO AO PREÇO GLOBAL |
| 1 - SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | |
| 1.1 | ART DE EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO COM CONTRATO ACIMA DE R\$ 15.000,00 | 1 | UN | R\$204,00 | R\$204,00 | 0,098% |
| 1.2 | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO | 2 | M2 | R\$339,00 | R\$678,00 | 0,326% |
| 2 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | | |
| 2.1 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 36 DIVISÕES 457X332X95mm, C/ BARRAMENTO | 1 | UD | R\$438,00 | R\$438,00 | 0,211% |
| 2.2 | DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V | 4 | UD | R\$131,00 | R\$524,00 | 0,252% |
| 2.3 | DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 90A | 1 | UD | R\$129,00 | R\$129,00 | 0,062% |
| 2.4 | DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A | 10 | UD | R\$21,00 | R\$210,00 | 0,101% |
| 2.5 | DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A | 10 | UD | R\$20,00 | R\$200,00 | 0,096% |
| 2.6 | DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A | 5 | UD | R\$20,00 | R\$100,00 | 0,048% |
| 2.7 | DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 32A | 4 | UD | R\$26,00 | R\$104,00 | 0,050% |
| 2.8 | CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 750V 2,5MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 400 | M2 | R\$2,00 | R\$800,00 | 0,385% |
| 2.9 | TERMINAL DLHAL PARA CABO DE 1,50MM2 À 2,50MM2 | 200 | UD | R\$3,00 | R\$600,00 | 0,288% |
| 2.10 | TOMADA 2P+T SIMPLES PARA CONDULETE | 4 | UN | R\$18,00 | R\$72,00 | 0,035% |
| 2.11 | CONDULETE DE PVC DE 3/4" TIPO C - E - LL - LR | 4 | UD | R\$21,00 | R\$84,00 | 0,040% |
| 2.12 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPA CEGA PARA CONDULETE CAIXA 4"X2" | 4 | UD | R\$4,00 | R\$16,00 | 0,008% |
| 2.13 | ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 25mm (3/4") | 40 | MT | R\$14,00 | R\$560,00 | 0,269% |
| 2.14 | DUTO PERFURADO - PERFILADOS CHAPA DE AÇO (38X38)mm | 20 | MT | R\$42,00 | R\$840,00 | 0,404% |
| 2.15 | MÓDULO TOMADA 2P+T P/ MONTAGEM EM CAIXA | 7 | UD | R\$16,00 | R\$112,00 | 0,054% |
| 2.16 | TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10A/250V C/ PLACA - FORNECIMENTO E INSTALACAO | 4 | UN | R\$16,00 | R\$64,00 | 0,031% |
| 3 - CABEAMENTO ESTRUTURADO | | | | | | |
| 3.1 | CABO UTP - 4 PARES CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E LANÇAMENTO | 630 | MT | R\$8,00 | R\$5.040,00 | 2,423% |
| 3.2 | BLOCO PARA RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 8 | UN | R\$13,00 | R\$104,00 | 0,050% |
| 3.3 | CONECTOR FÊMEA RJ45 CAT6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 8 | UN | R\$26,00 | R\$208,00 | 0,100% |
| 3.4 | DUTO PERFURADO - PERFILADOS CHAPA DE AÇO (38X38)mm | 80 | MT | R\$42,00 | R\$3.360,00 | 1,615% |
| 3.5 | SAÍDA HORIZONTAL PERFILADO P/ ELETRODUTO 1 1/4" | 1 | UN | R\$19,00 | R\$19,00 | 0,009% |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| 4 - ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CABEAMENTO ESTRUTURADO | | | | | | |
|--|---|-----|-----|-----------|-------------|--------|
| 4.1 | VERGALHÃO ROSCA TOTAL 1/4" | 100 | M | R\$7,00 | R\$700,00 | 0,337% |
| 4.2 | GANCHO CURTO PARA PERFILADO 38x38mm - GALVANIZADO A FOGO | 50 | UN | R\$12,00 | R\$600,00 | 0,288% |
| 4.3 | CHUMBADOR TIPO "UR" 1/4" | 100 | UD | R\$8,00 | R\$800,00 | 0,385% |
| 4.4 | CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO | 2 | UN | R\$7,00 | R\$14,00 | 0,007% |
| 4.5 | CAIXA DE PASSAGEM, PARA PISO, DIMENSÕES 20X20CM, DE EMBUTIR, COM TAMPA | 2 | UN | R\$190,00 | R\$380,00 | 0,183% |
| 4.6 | CAIXA DE PISO COM TAMPA BASCULANTE E SUPORTE PARA DISPOSITIVOS DE SAÍDA | 7 | UN | R\$355,00 | R\$2.485,00 | 1,195% |
| 4.7 | MÓDULO TOMADA 2P+T P/ MONTAGEM EM CAIXA | 7 | UD | R\$16,00 | R\$112,00 | 0,054% |
| 4.8 | BLOCO PARA RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 7 | UN | R\$13,00 | R\$91,00 | 0,044% |
| 4.9 | CONECTOR FÊMEA RJ45 CAT6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 7 | UN | R\$26,00 | R\$182,00 | 0,088% |
| 4.10 | BLOCO SIMPLES HDMI - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 7 | UN | R\$15,00 | R\$105,00 | 0,050% |
| 4.11 | BLOCO SIMPLES PARA P2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 7 | UN | R\$15,00 | R\$105,00 | 0,050% |
| 4.12 | BLOCO SIMPLES PARA ENCAIXE HDMI, USB, RCA, P2, RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 42 | UN | R\$5,00 | R\$210,00 | 0,101% |
| 4.13 | DUTO DE PISO PARA EMBUTIR EM ALUMÍNIO COM TAMPA, DIMENSÕES 73X25MM, COM 03 DIVISÕES | 12 | M | R\$149,00 | R\$1.788,00 | 0,860% |
| 4.14 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DN 50MM (2"), INCL CONEXÕES, FORNECIMENTO E INSTALACAO | 10 | M | R\$28,00 | R\$280,00 | 0,135% |
| 4.15 | CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR DE ALUMÍNIO 20X20X10CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 2 | UN | R\$107,00 | R\$214,00 | 0,103% |
| 5 - INFRAESTRUTURA PARA SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO | | | | | | |
| 5.1 | ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 32mm (1") | 50 | MT | R\$21,00 | R\$1.050,00 | 0,505% |
| 5.2 | CONDULETE DE PVC DE 3/4" TIPO C - E - LL - LR | 20 | UD | R\$21,00 | R\$420,00 | 0,202% |
| 5.3 | CONDULETE DE PVC DE 1" TIPO C - E - LL - LR | 12 | UD | R\$29,00 | R\$348,00 | 0,167% |
| 5.4 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPA CEGA PARA CONDULETE CAIXA 4"X2" | 32 | UND | R\$4,00 | R\$128,00 | 0,062% |
| 5.5 | ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 25mm (3/4") | 80 | MT | R\$14,00 | R\$1.120,00 | 0,538% |
| 5.6 | CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 750V 2,5MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | 100 | M | R\$2,00 | R\$200,00 | 0,096% |
| 5.7 | RÉGUA DE TOMADAS ELÉTRICAS, COM 08 TOMADAS, PADRÃO RACK 19" | 1 | UD | R\$118,00 | R\$118,00 | 0,057% |
| 5.8 | ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO DN 25MM (1") FORNECIMENTO E INSTALACAO | 20 | M | R\$6,00 | R\$120,00 | 0,058% |
| 5.9 | ABRAÇADEIRA 1" TIPO D COM CUNHA | 25 | UN | R\$4,00 | R\$100,00 | 0,048% |
| 5.10 | ABRAÇADEIRA 3/4" TIPO D COM CUNHA | 40 | UN | R\$4,00 | R\$160,00 | 0,077% |
| 5.11 | PARAFUSO COM BUCHA S8 | 5 | UN | R\$2,00 | R\$10,00 | 0,005% |
| 5.12 | ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO DN 20MM (3/4") FORNECIMENTO E INSTALACAO | 20 | UN | R\$5,00 | R\$100,00 | 0,048% |
| 5.13 | BOX RETO DE ALUMÍNIO 3/4" | 20 | UN | R\$5,00 | R\$100,00 | 0,048% |
| 5.14 | ADAPTADOR DE PVC P/ ELETRODUTO 1X3/4" | 10 | UN | R\$5,00 | R\$50,00 | 0,024% |
| 5.15 | DUTO DE SOBREPOR EM ALUMÍNIO COM TAMPA, DIMENSÕES 117X35MM, COM 02 DIVISÕES | 6 | M | R\$131,00 | R\$786,00 | 0,378% |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| 6 - DIVERSOS | | | | | | |
|---------------------|--|-----|----|-----------|--------------|--------|
| 6.1 | REMOCAO DE PISO EM CARPETE | 6 | M2 | R\$1,00 | R\$6,00 | 0,003% |
| 6.2 | PISO C/FORRAÇÃO TÊXTIL (CARPETE E = 4mm) | 6 | M2 | R\$45,00 | R\$270,00 | 0,130% |
| 6.3 | RETIRADA DE PLACA DE FORRO MINERAL | 20 | UN | R\$0,50 | R\$10,00 | 0,005% |
| 6.4 | DEMOLICAO DE CONCRETO SIMPLES | 0,4 | M3 | R\$222,50 | R\$89,00 | 0,043% |
| 6.5 | CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL | 0,4 | M3 | R\$360,00 | R\$144,00 | 0,069% |
| 7 - SERVIÇOS FINAIS | | | | | | |
| 7.1 | LIMPEZA FINAL DA OBRA | 345 | M2 | R\$1,00 | R\$345,00 | 0,166% |
| | | | | TOTAL | R\$28.206,00 | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | MODELO | QTDE | UNID. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | PERCENTUAL RELATIVO AO PREÇO GLOBAL |
|---|---|------------------|------------------------------|------|-------|----------------|--------------|---|
| EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VÍDEO | | | | | | | | |
| 1 - EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO - AUDITÓRIO | | | | | | | | |
| 1.1 | PROCESSADOR DE AUDIO 12X8 | BSS | BLU100 | 1 | UN | R\$8.150,00 | R\$8.150,00 | 3,918% |
| 1.2 | MICROFONE GÓOSENECK | AUDIO-TECHNICA | U857QL + AT8666RSP | 5 | CJ | R\$1.884,00 | R\$9.420,00 | 4,529% |
| 1.3 | AMPLIFICADOR DE SOM MULTICANAL 8x300W | CROWN | DCI 8 300 | 1 | UN | R\$11.604,00 | R\$11.604,00 | 5,579% |
| 1.4 | CAIXA ACUSTICA TIPO ARANDELA SELADA | JBL | CONTROL 16C/T | 16 | UN | R\$755,00 | R\$12.080,00 | 5,808% |
| 1.5 | CONJUNTO MICROFONE DE CABEÇA (RECEIVER + TRANSMISSOR + MICROFONE) | AKG | SR4500 + PT4500 + HC577L | 1 | CJ | R\$2.960,00 | R\$2.960,00 | 1,423% |
| 1.6 | CONJUNTO MICROFONE TIPO BASTÃO SEM FIO (RECEIVER + MICROFONE SEM FIO) | AKG | SR4500 + HT4500 + D7WL1 | 2 | CJ | R\$2.377,00 | R\$4.754,00 | 2,286% |
| 2 - EQUIPAMENTOS DE VÍDEO - AUDITÓRIO | | | | | | | | |
| 2.1 | MATRIZ DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO COM CHAVEAMENTO DE VÍDEO | CRESTRON + APPLE | DMPS3-4K-50 + IPAD 32GB WIFI | 1 | CJ | R\$22.328,00 | R\$22.328,00 | 10,735% |
| 2.2 | MONITOR DE VÍDEO DE 48" | SAMSUNG | UN48J5500AG | 2 | UN | R\$3.061,00 | R\$6.122,00 | 2,943% |
| 2.3 | SUPORTE DE MONITOR DE VÍDEO DE 48" | Airon Flex | AOMF35BK | 2 | UN | R\$497,00 | R\$994,00 | 0,478% |
| 2.4 | PROJETOR DE VÍDEO WXGA 5000 ANSILUMENS | PANASONIC | PT-VW530U | 1 | UN | R\$20.185,00 | R\$20.185,00 | 9,704% |
| 2.5 | SUPORTE PROJETOR | PROJETELAS | A-SE50 | 1 | UN | R\$325,00 | R\$325,00 | 0,156% |
| 2.6 | TELA ELÉTRICA 122" TENSIONADA COM MOLDURA PARA ACABAMENTO | PROJETELAS | 122E1WAM + A-M012 | 1 | CJ | R\$4.668,00 | R\$4.668,00 | 2,244% |
| 2.7 | SPLITER DE VÍDEO 1:4 | CRESTRON | HD-DA4-4K-E + HD-DA-2 | 1 | CJ | R\$3.023,00 | R\$3.023,00 | 1,453% |
| 3 - ACESSÓRIOS DE AUDIO E VÍDEO - AUDITÓRIO | | | | | | | | |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | | | | | | |
|------|---|--------------|-----------------------------|-----|----|-------------|--------------------|--------|
| 3.1 | ESTABILIZADOR 2KVA | SMS | 2 KVA Progressive III Laser | 1 | UN | R\$631,00 | R\$631,00 | 0,303% |
| 3.2 | RACK DE PISO PARA SOM, PADRÃO 19"x 32 U'S | TRIUNFO | RKS32670 | 1 | UN | R\$2.487,00 | R\$2.487,00 | 1,196% |
| 3.3 | CABO VGA DE 20m | TIAFLEX | SVGA | 1 | UN | R\$180,00 | R\$180,00 | 0,087% |
| 3.4 | CABO HDMI DE 20m | CIRILO CABOS | HDMI20 | 1 | UN | R\$296,00 | R\$296,00 | 0,142% |
| 3.5 | CABO HDMI DE 3M | CIRILO CABOS | HDMI3 | 5 | UN | R\$56,00 | R\$280,00 | 0,135% |
| 3.6 | CABO HDMI DE 40M | CIRILO CABOS | HDMI40 | 2 | UN | R\$345,00 | R\$690,00 | 0,332% |
| 3.7 | CABO HDMI DE 10M | CIRILO CABOS | HDMI10 | 2 | UN | R\$159,00 | R\$318,00 | 0,153% |
| 3.8 | CABO DE AUDIO 2x2.5mm² POLARIZADO | TIAFLEX | 2x2,5 | 220 | MT | R\$2,00 | R\$440,00 | 0,212% |
| 3.9 | CABO DE AUDIO DE MICROFONE | SANTO ANGELO | M30 | 100 | MT | R\$4,00 | R\$400,00 | 0,192% |
| 3.10 | MULTICABOS DE 12VIAS - 20M | SANTO ANGELO | MONTADO | 1 | UN | R\$1.205,00 | R\$1.205,00 | 0,579% |
| 3.11 | CONECTOR HD15M COM CAPA METÁLICA | TIAFLEX | HD15M | 2 | UN | R\$29,00 | R\$58,00 | 0,028% |
| 3.12 | CONECTOR XLR MACHO | NEUTRIK | NC3M | 10 | UN | R\$17,00 | R\$170,00 | 0,082% |
| 3.13 | CONECTOR XLR FÊMEA | NEUTRIK | NC3F | 10 | UN | R\$17,00 | R\$170,00 | 0,082% |
| 3.14 | CONECTOR BNC | TIAFLEX | BNC | 2 | UN | R\$10,00 | R\$20,00 | 0,010% |

4 - OUTROS SERVIÇOS PARA O SISTEMA DE AUDIO E VIDEO - AUDITÓRIOS

| | | | | | | | | |
|-----|--|--|--|---|----|--------------|---------------------|---------|
| 4.1 | MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO | | | 1 | UN | R\$16.673,00 | R\$16.673,00 | 8,016% |
| 4.2 | TREINAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL | | | 1 | UN | R\$3.053,00 | R\$3.053,00 | 1,468% |
| 4.3 | GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE 36 MESES | | | 1 | UN | R\$46.109,00 | R\$46.109,00 | 22,168% |

TOTAL R\$179.793,00

| | |
|--------------|---------------|
| PREÇO GLOBAL | R\$207.999,00 |
|--------------|---------------|



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO V DO CONTRATO
Encargos Sociais e BDI

| ENCARGOS SOCIAIS | | | |
|-------------------------|---|-------|--------|
| GRUPO | DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS | % | % ACUM |
| A | ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS | | |
| 1,00 | Previdência Social | 0 | |
| 2,00 | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | 8 | |
| 3,00 | Salário - Educação | 2,5 | |
| 4,00 | Serviço Social da Indústria (SESI) | 0 | |
| 5,00 | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) | 0 | |
| 6,00 | Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE) | 0 | |
| 7,00 | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) | 0 | |
| 8,00 | Seguro contra os acidentes do trabalho (INSS) | 3 | 13,50 |
| B | ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DE A | | |
| 1,00 | Repouso semanal remunerado | 17,88 | |
| 2,00 | Feriados | 3,72 | |
| 3,00 | Auxílio enfermidade | 0,82 | |
| 4,00 | 13º salário | 10,99 | |
| 5,00 | Faltas justificadas | 0,73 | |
| 6,00 | Licença paternidade | 0,08 | |
| 7,00 | Férias gozadas | 11,61 | 45,93 |
| C | ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE A | | |
| 1,00 | Aviso prévio indenizado | 7,26 | |
| 2,00 | Aviso Prévio | 0,17 | |
| 3,00 | Férias Indenizadas | 2,44 | |
| 4,00 | Depósito Rescisão Sem Justa Causa | 5,00 | 14,87 |
| D | TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS | | |
| 1,00 | Reincidência de A sobre B | 6,20 | 6,20 |
| PERCENTUAL TOTAL | | | 80,50 |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CUSTOS INDIRETOS

| TIPO | DESCRIÇÃO | TAXA (%) | % acumulado |
|-----------------|-------------------------------------|----------|-------------|
| AC | Administração Central | 4,70 | |
| SG | Seguro e Garantia do Empreendimento | 0,80 | |
| | Garantia do Empreendimento | 0,10 | |
| R | Riscos | 1,00 | |
| DF | Despesas Financeiras | 1,00 | 7,60 |
| TRIBUTOS | | | |
| | PIS | 0,42 | |
| | ISS | 5,00 | |
| | COFINS | 2,31 | 7,73 |
| T | Total de Tributos | | |

BENEFÍCIOS

| TIPO | DESCRIÇÃO | TAXA (%) | |
|------------|-----------|----------|---------------|
| L | LUCRO | 7,40 | 7,40 |
| BDI | | | 25,32% |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VI DO CONTRATO
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

| GRUPO | DESCRIÇÃO | TOTAL (R\$) | 1º AO 30º DIA | | 31º AO 60º DIA | |
|-------------|--|-------------|---------------|-----------|----------------|------------|
| | | | % | Valor | % | Valor |
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 882,00 | 100 | 882,00 | | |
| 2 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 4.853,00 | 50 | 2.426,50 | 50 | 2.426,50 |
| 3 | CABEAMENTO ESTRUTURADO | 8.731,00 | 30 | 2.619,30 | 70 | 6.111,70 |
| 4 | ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CABEAMENTO ESTRUTURADO | 8.066,00 | 100 | 8.066,00 | | |
| 5 | INFRAESTRUTURA PARA SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO | 4.810,00 | 100 | 4.810,00 | | |
| 6 | DIVERSOS | 519,00 | 100 | 519,00 | | |
| 7 | SERVIÇOS FINAIS | 345,00 | | | 100 | 345,00 |
| 8 | EQUIPAMENTOS | 179.793,00 | | | 100 | 179.793,00 |
| Total Geral | | 207.999,00 | | 19.322,80 | | 188.676,20 |